

JORNAL DO PSICÓLOGO

BELO HORIZONTE, ANO 9, Nº 36, FEVEREIRO / MARÇO 1992



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
4ª REGIÃO



6º PLENÁRIO
CRP-04

JIP



ELEIÇÃO

Já está deflagrado o processo eleitoral no CRP-04. Novo plenário assumirá em setembro.

Página 3 e 4



EXCLUÍDOS

O que o psicólogo pode fazer pelos meninos de rua, idosos e aposentados.

Página 6 e 7

REFLEXÃO

Será o Brasil uma sociedade de poetas mortos? Saiba o que pensa a psicóloga Regina C. Torres.

Página 11

Nem cegos, nem surdos

MARCELO KRAISER

Agrava-se a crise econômica no Brasil. O empobrecimento da população é cada vez mais evidente, dispensando-se estatísticas e dados. Ele está visível a olho nu. No bojo da miséria, um número crescente de segmentos sociais se vêem "excluídos". Amplia-se de forma acelerada o contingente de pessoas desconsideradas como cidadãos, seja do ponto de vista político ou econômico. Socialmente, essas pessoas passam a ser taxadas de "desqualificadas". Estamos falando dos meninos de rua, velhos, loucos e portadores de doenças como a aids.

Ao taxar esse contingente de "desqualificados" ou "improdutivos" o que se tem feito é isolar, separar da vida social todo aquele que, por circunstâncias alheias à sua vontade, não pode mais produzir ou nem teve oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

Lamentavelmente, no Brasil, os governos sempre primaram pela prática de políticas "paternalistas" e "clientelistas" com relação à sociedade e, em especial, em se tratando desse contingente. Nunca os governos se preocuparam em propiciar condições de vida mais dignas a crianças, velhos, loucos e doentes. Infelizmente, essas pessoas eram e são meros objetos para a promoção de interesses conjunturais.

Esse quadro nos leva à reflexão sobre a posição do psicólogo. Na condição de um profissional das ciências humanas é impossível para ele ficar alheio a essa realidade. Mais ainda. O psicólogo tem o dever, como cidadão e profissional, de se de-



bruçar sobre essa realidade. Mais do que tomar conhecimento, é fundamental que o seu olhar profissional se implique nela, a fim de que possa colocarseu saber específico a serviço da modificação de um quadro tão doloroso e inaceitável.

Como psicólogos, não podemos nos limitar à visão crítica sobre o assunto e nem à crítica associada a uma postura político-partidária. Ao enfatizarmos esse aspecto, não estamos deixando de reconhecer que dentro da Psicologia, as questões envolvendo os "excluídos" já começam a ser alvo de debates. Falta, no entanto, a adequada canalização dos conhecimentos produzidos em direção a uma prática comprometida com a mudança. Falta superarmos a etapa dos trabalhos importantes, porém isolados. Trabalhos que estão longe de atingir a massa dos "excluídos".

Por tudo isso, é da maior importância que os profissionais da área psi intercambiem seus conhecimentos, teorizem acerca de suas práticas. Os profissionais psi são os que lidam diretamente com o cotidiano dos "excluídos" e tem, assim, uma visão mais próxima do real do que qualquer outro profissional, por mais que dominem teoricamente o assunto.

O CRP-04 está atento e voltado para a discussão dessa problemática e espera poder contribuir para a divulgação dos trabalhos na área. Afinal, os profissionais da escuta não podem permanecer surdos e cegos frente a uma realidade tão dramática. Os "excluídos" estão aí. Em todos os cantos. Por todos os lados.

JORNAL DO PSICÓLOGO

Órgão Oficial do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG/ES).

Rua Tomé de Souza, 860 - 10º andar - Savassi
CEP 30140 - Belo Horizonte - MG
Fones: (031)273-1146 e 273-5718.
Telex: (031)392882

DIRETORIA -

Marta Elizabeth de Souza (presidente),
Vera Lúcia Dias (vice-presidente), Maria de Fátima Pio Cassemiro (tesoureira),
Rita de Cássia Siqueira Dias (secretária).

6º PLENÁRIO - Conselheiros:

Bianca Guimarães Veloso Carneiro,
Gisele Onete Marani Bahia, Kátia França
Ribeiro de Almeida (EES), Lúcia Helena

Macedo, Maria de Fátima Pio Cassemiro,
Rita de Cássia Siqueira Dias, Rosana
Simone Bottaro, Vera Lúcia Dias (ETM),
Luís Cláudio Alves (ESM), Marta
Elizabeth de Souza.
Representante junto ao CFP -
José Estanislau Vilela.

Jornalista Responsável:

Ângela Carrato - 2.276/MG;
Fotografias: Harley Carneiro
Ilustrações: Mário Vale
Diagramação e Arte: Cláudia Barcellos
Impressão: Hoje em Dia
Tiragem: 9.500 exemplares.

As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores.
Comissão de pauta: 6º plenário.

NOTAS / NOTAS / NOTAS / NOTAS / NOTAS / NOTAS

ERRAMOS I - O parágrafo final do texto sobre a pesquisa "O Perfil do Psicólogo Escolar em Belo Horizonte", publicado no número 35, dezembro 91/janeiro 92. Psicólogo é uma citação e, portanto, deveria ter sido publicado entre aspas. Trata-se de uma citação do livro de Carmem S. A. Andaló - "O Papel do Psicólogo Escolar" - Psicologia, Ciência e Profissão - Ano 4 - nº 1/84, pp. 43-46.

ERRAMOS II - Na matéria "Treinamento e Reuniões" publicadas no número 35 do Jornal do Psicólogo, à página 10 saiu impresso o nome da psicóloga Rossana Zampa Varandas, à época articuladora por Juiz de Fora.

ARTIGOS - O Jornal do Psicólogo está aberto a todos os inscritos no CRP-04. Participe com sugestões de temas para matérias e mesmo com textos e artigos sobre trabalhos inéditos envolvendo psicólogos e a psicologia. Mande sua contribuição para a Assessoria de Imprensa do CRP-OR. A sua participação é fundamental para que o JP seja, cada vez mais, um veículo de integração e divulgação entre os inscritos.

DÍVIDA - Está sendo encaminhada a cobrança de dívida ativa dos psicólogos em débito com o CRP-04, conforme deliberação das duas últimas assembleias da categoria



Está deflagrado o processo eleitoral no CRP-04

Um ano dos mais movimentados para os psicólogos mineiros e brasileiros. Assim promete o ano de 1992, pois estão previstas, além das eleições para escolha dos novos conselheiros nos Conselhos Regionais e Conselho Federal, várias atividades envolvendo os 30 anos da regulamentação da profissão de psicólogo no país e também os preparativos para a Assembleia Constituinte que, no próximo ano, definirá os rumos da autarquia.

A eleição dos novos conselheiros no CRP-04 está marcada para 27 de agosto, Dia do Psicólogo. Nessa data, todos os inscritos na autarquia que estiverem em dia com suas obrigações (veja box) poderão votar e serem votados. "A eleição e essa, em especial, é muito importante para nós", afirma a presidente do CRP-04, Marta Elizabeth de Souza. Ela explica que caberá à nova plenária decidir o futuro do Conselho. Opinião compartilhada pela tesseira da entidade, Maria de Fátima Pio Cassemiro.

"Os eleitos, que tomarão posse em setembro", assinala Fátima, terão sob sua responsabilidade uma missão fundamental: trabalhar em prol de um entendimento a nível nacional entre os psicólogos. Sem isso, ficará praticamente impossível se levar adiante a Constituinte em 1993, conforme decidido no Encontro Geral das Plenárias.

Fátima cita o relatório final da Comissão Organizadora da Constituinte no qual está detalhado o temário a ser discutido. Temário que inclui, a título de exemplo, assuntos como a função social dos Conselhos, a competência dos

CRP's e do CFP e o próprio cronograma de trabalho que prevê reuniões preparatórias em abril, junho, setembro e novembro, respectivamente no Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte.

Com a finalidade de facilitar o encontro e os debates entre os psicólogos e também a fim de abrir um espaço para que todos os interessados possam debater e apresentar suas propostas para a formação de chapas, a direção do CRP-04, todas as quartas-feiras, a partir das 18 h, deixará, na sede, espaço disponível para os interessados trocarem idéias e informações à respeito do Conselho Regional. Desde já, antecipa Fátima Pio, tem muita gente interessada na discussão sobre as eleições, principalmente pessoas que participam de Comissões.

O importante, segundo ela, "é que as chapas se formem em cima de objetivos comuns e tenham as mesmas propostas de trabalho". Isso é fundamental, ressalta, para que não haja discordância. Para que não haja "batalha" que só dificulta qualquer gestão. Afinal, tanto ela quanto Marta Elizabeth enfatizam que o CRP tem que ser visto como um espaço de reflexão para a categoria com o objetivo de desenvolver a Psicologia.

Mas se o processo eleitoral entre os psicólogos está apenas começando, os 30 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil serão alvo de uma ampla programação que envolverá seminários, encontros, debates, exibição de filmes e até o lançamento de um livro. Uma programação para ninguém botar defeito.

REGIMENTO ELEITORAL

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), através da Resolução nº 01, de abril de 1985, definiu o Regimento Eleitoral para a autarquia. O Regimento trata de questões como a data da eleição, o mandato dos conselheiros, bem como da legibilidade e nelegibilidade dos psicólogos e de todos os atos que envolvam o processo eleitoral. Essa é a íntegra do Regimento Eleitoral.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As eleições para os CRPs obedecerão ao presente Regimento Eleitoral.

Art. 2º - Os membros efetivos e suplentes dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) serão eleitos, em Assembleia Geral, por maioria simples de votos.

Art. 3º - A eleição deverá realizar-se no dia 27 de agosto do ano em que terminar o mandato.

§ 1º - Na hipótese de essa data coincidir com domingo ou feriado, a eleição será realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 2º - São eleitores os Psicólogos com inscrição principal no CRP e que estejam quites com a Tesouraria no que diz respeito aos exercícios anteriores, bem como em pleno gozo de seus direitos.

§ 3º - O voto é secreto e pessoal, intransferível e obrigatório, salvo ausência por motivo previsto neste Regimento.

§ 4º - O Psicólogo votará e será votado somente na jurisdição de sua inscrição principal.

Art. 4º - Se o eleitor deixar de votar, incorrerá em multa nos termos da Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971, salvo se apresentar justificativa por escrito dentro de 90 dias contados da realização do pleito.

Parágrafo Único - A comprovação de impedimento se fará por declaração própria ou de terceiro.

Art. 5º - O voto será dado a chapa completa entre as inscritas e aprovadas.

Art. 6º - O mandato de Conselheiro é de 3 (três) anos, permitida a reeleição, nos termos da Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971 e do Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977.

SEÇÃO II - DA ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADE

Art. 7º - É elegível o Psicólogo que satisfaça aos seguintes requisitos:

- a) ser cidadão brasileiro;
- b) encontrar-se em pleno gozo de seus direitos profissionais;
- c) ter inscrição principal no CRP há mais de 2 (dois) anos;
- d) inexistência de condenação a pena superior a 2 (dois) anos, em virtude de sentença transmitida em julgado, salvo reabilitação geral;
- e) inexistência de penalidade por infração ao Código de Ética, transitada em julgado há menos de 9 (nove) anos;
- f) estar quite com a tesouraria do CRP, relativamente aos exercícios anteriores.

Art. 8º - São impedimentos para a candidatura ao mandato de membro do CRP:

- a) ocupar cargo ou exercer função, emprego ou qualquer atividade remunerada, em Conselho de Psicologia;
- b) ter perdido mandato eletivo em Conselho de Psicologia, excluído o caso de renúncia;
- c) ser membro efetivo ou suplente do CFP;
- d) integrar a Comissão Eleitoral.

CAPÍTULO II - DOS ATOS PREPARATÓRIOS

SEÇÃO I - DA COMISSÃO E DAS MESAS ELEITORAIS

Art. 9º - O CRP nomeará uma Comissão Eleitoral, constituída por 3 (três) Psicólogos, que tomará as providências necessárias, no que lhe couber, para o cumprimento deste Regimento.

Art. 10 - A Comissão Eleitoral, por sua vez, indicará Mesas Eleitorais, em número suficiente, para recebimento e apuração dos votos.

§ 1º - Cada Mesa Eleitoral tem a função de disciplinar, fiscalizar, receber e apurar os votos.

Par 2º - Serão instaladas Mesas Eleitorais especiais para recebimento e apuração dos votos por correspondência.

§ 3º - O CRP poderá dividir o território de sua jurisdição em Zonas Eleitorais, definindo os Municípios que as integrarão, para facilitar os trabalhos, nelas instalando as Mesas Eleitorais que julgar conveniente.

§ 4º - Cada Zona Eleitoral terá uma sub-comissão nomeada pela Comissão Eleitoral, cabendo a esta definir suas tarefas e responsabilidades.

§ 5º - A convocação para integrar Mesa Eleitoral ou sub-comissão não poderá ser recusada sem motivo de força maior, sob pena de incorrer o nomeado em falta disciplinar prevista no Art. 26, inciso V, da Lei 5.766/71.

§ 6º - No momento da instalação da Mesa, a ausência de qualquer de seus componentes será suprida por nomeação de substituto "ad hoc" pela Comissão ou Sub-Comissão Eleitoral.

SEÇÃO II - DA CONVOCAÇÃO E DA INSCRIÇÃO

Art. 11 - A Assembleia Geral do Conselho Regional será convocada pela Imprensa, por edital afixado na sede do Conselho e por correspondência ou publicação oficial do CRP dirigida aos seus integrantes, com antecedência mínima de 90 dias, em relação à data da realização da eleição.

Parágrafo Único - Do edital constará, obrigatoriamente:

- a) a data das eleições nas Zonas Eleitorais, em que se exigirá o comparecimento pessoal, e a data limite para postagem dos votos por correspondência, nas áreas não incluídas nas Zonas Eleitorais;
- b) número de vagas a preencher;
- c) referência sobre a obrigatoriedade de votar;
- d) determinação dos casos de voto por comparecimento pessoal e por correspondência;
- e) esclarecimento de que o CRP receberá os pedidos de inscrições de chapas no período compreendido desde a divulgação do edital até o 45º (quadragésimo quinto) dia antes da primeira data entre as referidas no item "a", acima.

Art. 12 - Os interessados deverão apresentar chapa contendo tantos nomes para membros efetivos e suplentes quantos forem as vagas a serem preenchidas.

§ 1º - A inscrição da chapa será solicitada à Comissão Eleitoral, através de requerimento firmado pelo encaixador da chapa, acompanhado de declarações de concordância assinadas pelos demais integrantes.

§ 2º - Decorridos 5 (cinco) dias do pedido de inscrição, a Comissão emitirá parecer acolhendo ou determinando o cumprimento das exigências.

Art. 13 - As chapas inscritas e aprovadas constarão de edital a ser afixado na sede do Conselho, até 30 dias antes da primeira data fixada para realização das eleições.

§ 1º - Do texto do edital constará:

- a) definição das Zonas Eleitorais;
- b) datas e horários das eleições;
- c) os nomes dos integrantes das respectivas chapas;
- d) referência sobre a obrigatoriedade de votar;
- e) endereços das Mesas Eleitorais;
- f) determinação dos casos de voto por comparecimento pessoal e por correspondência.

§ 2º - Simultaneamente à afixação, o Conselho fará publicar aviso resumido do Edital em pelo menos um jornal de grande circulação em cada Capital dos Estados compreendidos em sua jurisdição.

Art. 14 - As chapas concorrentes constarão de célula única a ser organizada, impressa e entregue aos psicólogos na hora da votação, bem como enviada e colocada à disposição em locais pré-determinados, aos psicólogos obrigados ao voto por correspondência.

ESPÍRITO SANTO

Liminar suspende concurso público em Serra

O Escritório Setorial do Espírito Santo (ESES) juntamente com o CRP-04, entrou na Justiça solicitando a intervenção no concurso público para psicólogos promovido pela Prefeitura Municipal de Serra (ES). A Justiça já concedeu liminar à solicitação e o concurso previsto para acontecer em 27 de fevereiro foi suspenso.

Na exposição de motivos feita à Justiça, quando da solicitação de intervenção, o ESES e o CRP-04 explicaram que vinham solicitando que a Prefeitura Municipal de Serra prestasse informações que consideraram essenciais a fim de se garantir a idoneidade do concurso, a ex-

emplo da identificação do profissional ou empresa encarregado da elaboração e avaliação das provas; identificação de área (ou áreas) às quais as vagas - num total de cinco - se destinam e a publicação, em tempo hábil, da bibliografia ou conteúdo programático.

Se o concurso fosse realizado, as 26 candidatas inscritas teriam tido apenas 24 horas para tomar conhecimento da bibliografia, pois ela só foi divulgada na véspera.

Desde 12 de fevereiro que o ESES, juntamente com o CRP-04, já vinham solicitando esses e os demais dados relativos ao concurso à Prefeitura de Serra.

NOTAS

Grupos de Debate - Organizacional, Clínica e Escolar. Esses são os grupos que já estão organizados e em funcionamento no Escritório Setorial do Espírito Santo. O objetivo deles é discutir, em profundidade, os problemas da psicologia em cada uma dessas áreas.

Novo Endereço - Está funcionando em novo endereço o Escritório Setorial do Sul de Minas. Ele se localiza à avenida São José, 988 - sala 08, em Alfenas. O novo telefone do escritório (031) 921-1439. O horário de funcionamento, no entanto, permanece o mesmo: das 12h30m às 18h30m.

ELEIÇÃO

A sua participação é muito importante

A eleição para renovação da diretoria do CRP-04 está marcada para o próximo dia 27 de agosto. A sua participação é muito importante, não apenas com o voto, mas com opiniões, sugestões e críticas que contribuam para o aperfeiçoamento desse processo e da própria atuação do Conselho.

A participação do psicólogo que está lotado no interior do Estado reveste-se de uma importância especial, na medida em que ele amplia o espaço da discussão para fora dos limites físicos da entidade. A sua contribuição é ainda mais enriquecedora, já que a troca de informações sobre a realidade de cada regional garantirá o aperfeiçoamen-

to dos programas das chapas inscritas e, conseqüentemente, da atuação da entidade.

Todas as quartas-feiras, a partir das 18h, o CRP-04 (rua Tomé de Souza, 860 - 10o. andar) estará aberto para seus associados, interessados em debater e trocar informações sobre o Conselho e o processo eleitoral. Você que está trabalhando fora de Belo Horizonte, pode participar, encaminhando cartas ou mesmo reservando um dia, até o próximo mês de agosto, para vir à cidade e participar de uma das reuniões da quarta-feira. Não deixe de contribuir. A sua opinião e sugestões são importantes.

CONCURSO

CRP-04 dará um prêmio para monografia

Veja aqui o regulamento.

TÍTULO

Diagnóstico Psicológico - Análise crítica e científica de uma prática

OBJETIVO

Promover a elaboração de trabalhos teóricos com sustentação científica. Identificar teorias subjacentes e postura epistemológica, dentro dos diferentes campos de aplicação do diagnóstico psicológico.

REGULAMENTO

1 - Local de Entrega:

Conselho Regional de Psicologia
Rua Tomé de Souza, 860 - 10º andar - Funcionários

2 - Data de Entrega:

30/06/92

3 - Premiação:

Serão oferecidos prêmios aos três (3) primeiros escolhidos.

- O primeiro colocado receberá a quantia de Cr\$ 1.000.000,00.

- O segundo colocado receberá a quantia de Cr\$ 500.000,00.

- O terceiro colocado receberá a quantia de Cr\$ 300.000,00.

Além das premiações acima mencionadas, estará garantida, aos três primeiros colocados, a publicação no *Jornal do Psicólogo - 4ª Região* (sinópsis do texto).

4 - Participantes:

Psicólogos e estudantes de Psicologia do último ano de formação. Os trabalhos poderão ser desenvolvidos individualmente ou em grupo.

5 - Julgamento:

O julgamento das monografias será feito pelo "Grupo de Trabalho sobre Diagnóstico Psicológico" do CRP-04.

6 - A Comissão Julgadora estabelecerá as normas pelas quais orientará seus trabalhos, bem como os critérios de julgamento.

7 - Será facultado à Comissão Julgadora o direito de negar a concessão do Prêmio, desde que não encontre, nos trabalhos inscritos, méritos suficientes para a premiação. Todas as decisões e critérios adotados serão lavrados em ata, onde farão constar suas justificativas.

8 - A condição de jurado é incompatível com a de concorrente.

9 - Para efeito de inscrição, os concorrentes deverão apresentar:

a) 3 (três) vias do trabalho, datilografadas ou reproduzidas por outro meio, em espaço dois, papel ofício, com todas as páginas numeradas.

b) Trabalho em envelope lacrado, devendo conter em seu interior número da carteira de identidade, CPF e número de inscrição no CRP-04, ou declaração da universidade para os estudantes.

c) Para os trabalhos enviados pelo correio ou através de transportadora, considerar-se-á, para efeito de atendimento ao prazo de encerramento do concurso, a data de postagem dos mesmos.

d) O CRP-04 não se responsabiliza por extravios ou danos causados por acondicionamento inadequados de qualquer original.

e) Somente serão aceitas obras originais.

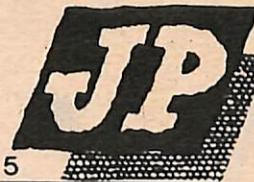
f) As remessas dos originais implicará na aceitação, por parte do concorrente, de todas as normas deste concurso.

g) O Prêmio será entregue em data a ser previamente marcada pelo CRP-04.

h) Após o consentimento do(s) autor(es), todos os trabalhos serão registrados na biblioteca do CRP-04, para consulta dos profissionais. Os trabalhos poderão ser publicados em outra ocasião de acordo com a disponibilidade e o interesse do tema, caso o autor autorize.

i) Os trabalhos não premiados e que não forem registrados na biblioteca do CRP-04 deverão ser retirados pelos concorrentes no prazo máximo de 30 dias após a publicação do resultado. Terminado esse tempo, o CRP-04 poderá dar-lhes o fim que melhor lhe aprouver.

j) Os casos omissos serão resolvidos pelo CRP-04.



Célio de Castro

A defesa dos humilhados

Considerado um dos parlamentares mais atuantes no que se refere à defesa dos direitos dos "excluídos", o deputado federal Célio de Castro (PSB-MG), hoje ameaçado quase que diariamente de morte, envia nos próximos dias à Procuradoria Geral da República, nada menos que 115 nomes de autoridades apontadas como responsáveis pelo extermínio, tráfico e tortura de menores no Brasil.

Tal lista de nomes, composta por delegados, juizes de direito e pessoas de outros setores; elaborada paralelamente a todos os tipos possíveis de ameaças de sequestro de familiares e assassinato, é fruto do mais completo trabalho de investigação já realizado no âmbito do Congresso Nacional.

De sua autoria, a CPI do Menor conseguiu ultrapassar os já batidos limites das recomendações de providências legais para chegar ao máximo que um trabalho dessa natureza já alcançou. A indicação de nomes de culpados com seus respectivos "dossiês", entregues às autoridades máximas do país para as devidas providências, é inédito.

Em seu segundo mandato como deputado federal, Célio de Castro (59 anos), exerce a liderança da bancada do PSB, é médico generalista em Belo Horizonte e professor licenciado da Escola de Medicina da UFMG.



Jornal do Psicólogo - Qual a sua avaliação sobre a situação social no Brasil de hoje?

Célio de Castro - Essa situação é fruto de duas políticas altamente perversas a nível da economia. A inflação não controlada que se traduz no aviltamento do custo de vida, aliada a uma política governamental de forte conteúdo recessivo que gera um pesado custo social.

A consequência da confluência dessas políticas é o crescimento zero da economia, o arrocho salarial, o desemprego em massa, a fome, a carência absoluta de investimentos nas áreas sociais, principalmente no que se refere à educação e saúde, produzindo um quadro social que se resume em um país que mata suas crianças, desemprega seus jovens e humilha os seus velhos.

JP - Dentro desse contexto, como analisa a questão daqueles que não estão na faixa dos tidos como socialmente produtivos?



Célio de Castro é deputado federal pelo PSB

CC - Quando uma sociedade admite a regra da exclusão sumária através dos critérios da produtividade, afirmo que seus fundamentos éticos estão profundamente comprometidos.

A exclusão social, em nome da produtividade, é o caminho mais curto que leva ao extermínio e que justifica a legitimação institucional e a sanção da opinião da pública aos grupos de extermínios e à pena de morte.

O fundamento básico de uma sociedade democrática não é a igualdade formal perante a lei, mas a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos no sentido de satisfazer suas necessidades, acalentar seus sonhos e perseguir os seus desejos.

"A exclusão social, em nome da produtividade, é o caminho mais curto que leva ao extermínio"

JP - O que, a seu ver, poderia ser feito em prol dos direitos humanos e sociais dessas pessoas?

CC - Os direitos sociais dos excluídos ultrapassam os limites de uma reivindicação dos seguimentos sociais, em que pese toda sua justiça. Coloca-se em questão, aqui, os próprios fundamentos da ordem democrática que queremos construir.

Ou seremos capazes de construir uma sociedade em que o direito de muitos não

sejam negados pelos privilégios de poucos ou então a democracia neste país estará falida. Acredito que os de baixo, os excluídos, os humilhados e os ofendidos, devam se unir a setores sociais mais sensíveis e clamar por justiça, a fim de construir uma unidade política com o objetivo de romper a ordem existente e instaurar o pleno reinado da democracia.

Quanto ao governo atual, não tenho como acreditar que possa ser sensibilizado para este tipo de proposta.

JP - Que políticas oficiais considera corretas em relação a estes setores?

CC - No momento, com mais boa vontade que tenho, não consigo identificar nenhuma. Os exemplos estão aí a vista de qualquer um. Sucatearam a rede pública de saúde, destruíram o ensino público gratuito, declararam guerra à universidade pública, às instituições de pesquisa.

Alienaram o patrimônio nacional através de uma privatização feita a custa de papéis podres que, segundo dados oficiais, renderam para os cofres públicos, até agora, a quantia irrisória de 12,3 milhões, o que não dá para comprar o carro mais barato vendido atualmente no país.

Enquanto isso a Previdência Social afoga-se em escândalos que estarrecem a Nação, mas cujo objetivo não anunciado é a privatização total da Seguridade Social no país, com o intuito de privilegiar o grande capital financeiro e das seguradoras nacionais e internacionais.

JP - O que o Congresso Nacional, enquanto instituição representativa da sociedade, tem feito para os idosos, crianças, doentes mentais, os aidéticos e demais excluídos sociais?

CC - O Congresso Nacional, em que pese suas falhas e ineficiências, tem se mostrado sensível ao clamor de justiça dos excluídos sociais. Costumo dizer que no transcurso do período legislativo de 1991, o funcionamento de várias CPIs no Congresso levaram para dentro do Parlamento, e daí para toda a Nação, um quadro cruel, mas real, da sociedade brasileira e mostraram a face perversa das nossas estruturas sociais.

"Seis mil crianças saíram ilegalmente do país sob a forma de falsas doações"

JP - Fale sobre o seu trabalho. O senhor, por exemplo, foi o autor das denúncias que deram origem à CPI sobre o tráfico de crianças brasileiras para o exterior.

CC - A CPI concluiu seus trabalhos há 15 dias e aprovou relatório final que exhibe em relação às crianças um quadro tenebroso.

São cerca de três mil crianças assassinadas a tiros por ano. Um milhão de prostitutas mirins, com idade variando de 10 a 15 anos. Crianças torturadas nas delegacias policiais e nas chamadas empresas de segurança privada.

Existência de grupos de extermínios organizados e agindo em quase todos os centros urbanos deste país. Existência de um tráfico de crianças para o exterior que, segundo estatísticas oficiais, de 1988 a 1990, seis mil crianças saíram ilegalmente do país sob a forma de falsas adoções, através da atividade de quadrilhas nacionais e internacionais.

A par disso, o uso da droga, a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis e a existência de trabalho escravo executado por crianças. Entretanto, a CPI não se limitou às denúncias. Pela primeira vez uma CPI propõe o indiciamento de 115 culpados, cujos nomes, qualificações e endereços estão contidos no relatório final.

Pretendemos com isso quebrar o ciclo da impunidade, colocando esses criminosos na cadeia.

Crianças e velhos: a psicologia

As crianças abandonadas e os idosos, enquanto categorias excluídas do processo de desenvolvimento social, subtraídas em seus direitos de cidadania, apontam para uma emergência cada vez maior na solução de seus problemas. As psicólogas Maria Rita Guimarães e Maria Letícia Fonseca, falam de um e outro, respectivamente e sobre o que a psicologia, como ciência, pode fazer por eles.



Maria Letícia Fonseca Barreto

Sem futuro, os velhos vivem sem presente

“A falta de uma perspectiva de futuro elimina toda uma existência de presente...”

“A velhice é o que eu poderia ser e não fui ou, como diz o poeta: o que eu poderia ter sonhado e não sonhei...”

“Quanto mais rico for, pior será a velhice, pois o que mais se perde com a idade é o poder...”

“Não podem tirar as “coisas” dos velhos. Quando vão viver com os filhos ou em asilos, não têm nem mais um álbum de retratos...”

“A velhice é mais difícil para o homem do que para a mulher, pois ele não foi preparado para cuidar de si mesmo...”

“Muitas velhas sentem-se melhor com a viuvez, pois livram-se de quem lhes tirava a autonomia...”

“Os jovens não conseguem pensar na velhice. Só vêem o exterior do velho e nunca o seu terrível interior...”

“O velho aponta que não vale a pena viver nessa sociedade. Trabalha-se sofre-se, constrói-se e, depois, o desprezo, a chacota...”

“Quando comecei a lidar com os velhos, constatei que a sua exclusão estava explícita até mesmo na falta de literatura sobre eles...”

“Eu trato de velhos mas, também, de muitos jovens. É uma forma, até mesmo, de aguentar...”

“Trabalhar com velhos é uma resposta à

minha própria problemática. De certa maneira, um sentido de vida...”

Estas afirmativas são da psicóloga Maria Letícia Fonseca Barreto, que há mais de 15 anos começou a dedicar-se prioritariamente ao trabalho com idosos, “quando apareceu aqui no consultório um senhor com mais de 65 anos. Ele trazia comprimidos para comer, comprimidos para dormir, comprimidos, comprimidos”.

Do trabalho permanente com essa faixa de idade, surgiu até mesmo a sua tese de mestrado em Educação pela UFMG e que será publicada no próximo mês pela Editora Ática, com o título “Admirável Mundo Velho: Velhice, Fronteira e Realidade Social”. É um trabalho em que estudo o velho no imaginário do jovem”.

Na elaboração dessa tese, Maria Letícia Fonseca Barreto aprofundou-se no conteúdo de contos de jovens autores, percebendo que estes são capazes de “construir” um personagem de 80 anos com muita perfeição. “Depois busquei Clarice Lispector e Guimarães Rosa, terríveis destruidores”.

Não faltou nesse trabalho uma passagem minuciosa pela música de, também, jovens autores, como Chico Buarque, Milton Nascimento e até mesmo o sertanejo Sérgio Reis.

“De Caetano Veloso - diz ela - temos “O

Homem Velho”, dedicada a seu pai. Na composição de Milton, o pesado de “que tragédia é essa que cai sobre todos nós?”

Chico canta para a anotação de Maria Letícia: “O velho sem conselhos, de joelhos, de partida. Carrega com certeza, todo o peso dessa vida. E o que é que eu digo ao povo, o que é que tem de novo prá contar. Nada, só a caminhada triste, prá nenhum lugar...”

Os versos não estão em ordem, são entressaltados, mas sempre atuais: “e a exclusão, a morte em vida, o abandono”, afirma a psicóloga.

Trabalhando

O trabalho com idosos realizado por Maria Letícia ultrapassa o acolhimento de seu consultório e ela participa, nesse momento, de uma pesquisa encomendada pelo próprio governo do Estado, através da Fundação João Pinheiro. A pesquisa tem por objetivo traçar linhas de ação para uma política de atendimento à pessoa idosa, como indica sua própria denominação: “População Idosa em Minas Gerais e as Políticas de Atendimento”.

Esse trabalho está em fase inicial, mas para Maria Letícia a tendência das recomendações é de deve-se evitar o quanto possível o asilamento do velho, reconhecen-

do que ele tem um papel a exercer na sociedade. “E trabalho para que essa pesquisa não se prolongue demasiado - afirma a profissional - partindo logo para o campo de atuações, uma vez que a questão do velho não pode ficar esperando teorizações infundadas”.

A pesquisa vem sendo desenvolvida por um grupo multidisciplinar e dentro dele ela acredita que a grande contribuição que o psicólogo pode prestar é ser empregado no treinamento dos agentes sociais que lidam com idosos, que vão desde o médico ao guia de viagens, capacitando-os para que tenham uma conduta eficiente no relacionamento com essa faixa de idade. “Eles precisam superar suas próprias angústias perante a velhice para atenderem melhor aos velhos”.

Solução

Para Maria Letícia, a solução para a questão da exclusão do velho do meio social, passa por uma vontade política do governo e de uma mudança cultural do nosso povo. Por parte do governo, que as pessoas não percam o reconhecimento quando cessa o trabalho produtivo. Por parte da sociedade, que os velhos sejam aceitos com todas as características que assumem com a idade. Fator de inestimável importância para a dignidade e felicidade do ser humano”.

ia pode ajudar na questão?

CRP-04 defende os 147%

“O pagamento do reajuste de 147% aos aposentados e pensionistas é uma forma de respeito com todos aqueles que trabalharam durante anos; ele, igualmente, significa respeito para com aqueles trabalhadores que se encontram na ativa e contribuem para a Previdência na esperança de um dia usufruírem de uma aposentadoria digna”.

Essa foi a posição expressa pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-04) em carta enviada ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente, ministros Antônio Torreão Braz e Sidney Sanches, em 24 de fevereiro.

O CRP-04, igualmente, enviou correspondência para o presidente da Câmara Federal, deputado Ibsen Pinheiro, parabenizando os parlamentares brasileiros que se posicionaram contrários ao aumento das contribuições previdenciárias para se fazer face ao reajuste de

147% para aposentados e pensionistas.

A presidente do CRP-04, Marta Elizabeth de Souza, lembra que “ao mergulhar aposentados, pensionistas e, por extensão, toda população brasileira, na ciranda jurídica contra o pagamento dos 147%, o governo federal deixou patente o pouco apreço com que trata algo crucial para qualquer país: a saúde física e mental de seus habitantes.

Por considerar que tudo o que diz respeito à saúde física e mental dos brasileiros diz respeito aos psicólogos, Marta Elizabeth garante que “mais e mais estaremos atentos e nos pronunciando contra qualquer abuso, distorções e situações que prejudiquem a maioria”. Razão pela qual a posição do CRP-04 já se transformou num marco em termos de autarquia no país. Afinal, ele foi o único regiona que se posicionou publicamente em favor do pagamento dos 147% aos aposentados e pensionistas.



Maria Rita Guimarães

Sujeitos da história de outros

“Pensar a questão da criança e sua exclusão, numa referência dada pela psicanálise, seria nos reportar à situação em que uma criança se põe em relação a um adulto e, por outro lado, qual é a representação que o adulto faz da criança”.

“Diríamos que são tão diversas essas representações quanto são os discursos que falam dessa criança. É verdade, a criança é, desde antes de seu nascimento, falada pelo outro”.

“Neste momento diríamos que a criança se acha como ponto de cruzamento de vários dizeres. Temos o discurso médico, pedagógico, da assistência social, policial etc. Mas, e o discurso da própria criança?”

“Essas questões valem igualmente para a criança, dita excluída, o menor de rua”

As afirmações são da psicóloga Maria Rita Guimarães, coordenadora de saúde mental da Regional Centro Sul da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte. Ela é, também, coordenadora do Cirandas, setor do Simpósio do Campo Freudiano, que estuda as questões da clínica psicanalítica com crianças.

Segundo ela, é no sentido de dar conta de responder à pergunta de onde está o discurso da própria criança que os profissionais de saúde mental da Regional Centro Sul têm

trabalhado. São psicólogos e psiquiatras que exercem suas atividades nos centros de saúde localizados sobretudo nas favelas da Zona Sul da capital mineira.

“A presença destes profissionais nestes centros - diz Maria Rita - se justifica enquanto possibilidade de oferecer à criança uma escuta outra para sua palavra, diferente da escuta que lhe oferecem a escola, a família, a sociedade de uma forma geral”.

Para a psicóloga, “no caso específico das crianças que estão nas ruas, que já não estão lá onde seus pais estão - e estes habitam geralmente as favelas onde nós os profissionais da saúde mental estamos - longe de podermos anunciar medidas alvissareiras”.

“É forçoso continuar nessas questões, contudo. Estamos criando uma Comissão Institucional da Criança, com representações de várias entidades que têm a criança como objeto de seu cuidado, para refletirmos as possibilidades de articulação entre os trabalhos e a sistematização de políticas de saúde mental no atendimento à criança.”

Maria Rita Barreto afirma que, assim, espera chegar a estabelecer estratégias de trabalho nas quais estariam incluídas crianças hoje ditas excluídas.

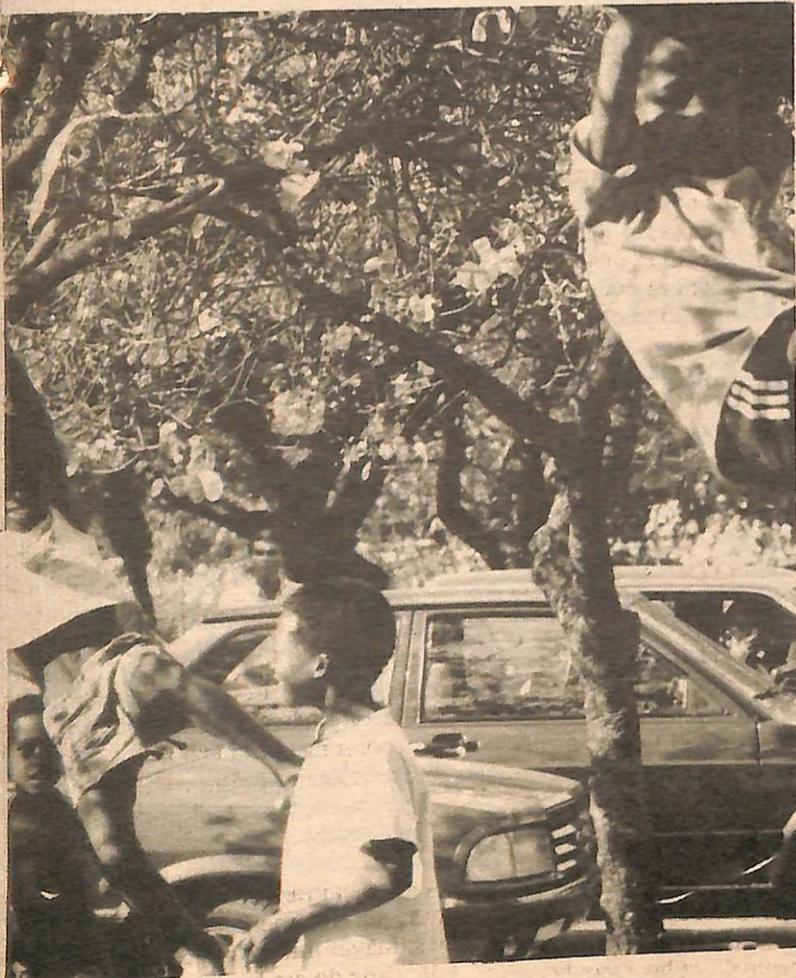
“Estamos - afirma - evitando de

propósito a nomeação destas crianças como meninos de rua, pois não nos parece positivo esta nomeação, tal como se referíssemos ao nome patronímico. Na favela se diz “filho do Zequinha”, uma referência ao nome do pai, à lei imposta por esta condição de uma família. Agora fala-se “menino de rua”, referência à uma outra lei, de uma contra lei, a lei do bando, da horda?”

“Talvez o caminho fosse mesmo o de inverter o vetor que orienta essas leis: que estas crianças que moram nas ruas sob o registro do real, pudessem aceder à lei paterna, à lei do conjunto familiar, mesmo que não necessariamente tivessem que regressar à casa dos pais”.

“Mas - continua a psicóloga - que esta criança, passando a pertencer a um grupo, não mais ao bando da rua, pudesse se reconhecer como indivíduo e daí, quem sabe, desejar se fazer escutar por um profissional da saúde mental, podendo se reconhecer como sujeito da sua própria história”.

“A condução ética adestas questões - conclui Maria Rita - impõe ao profissional de saúde mental no espaço público um compromisso outro: o de participar nas decisões políticas que se tomam em relação à criança, repensando, inclusive, o próprio conceito de política”.



EDUCACIONAL

Função do psicólogo educacional ainda é pouco conhecida

A psicologia educacional, na tentativa de se impor profissionalmente na instituição escolar, vem reconstruindo aos poucos sua história e, através dela, encontrando seus instrumentos de trabalhos e atualizando-os de acordo com o contexto da sociedade hoje vivida.

Não tem sido fácil resgatar a identidade deste profissional, pois a formação acadêmica do psicólogo se distancia do enfoque educacional trilhado pela constituição da clínica, sendo este modelo determinante e o recurso no qual



o psicólogo chega a escolha para trabalhar como psicólogo educacional.

A comunidade escolar não sabendo da função do psicólogo educacional e, ele próprio, perdido no seu papel, reforça ainda mais o modelo clínico-médico na escola. Dessa forma, ele perde a possibilidade de legitimação de sua identidade enquanto psicólogo educacional.

A Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional (ABRAPEE) apesar de estar ainda em fase de constituição em vários estados, tem-se preocupado em contribuir na formação dos psicólogos interessados na educação, reciclando-os através de cursos, encontros, congressos e publicações de artigos sobre o tema.

Se você atua na área da psicologia educacional ou está interessado nela, entre em contato com a ABRAPEE. O endereço de sua sede nacional é: rua Waldemar César Silveira, 105 - Swift, Campinas, SP, CEP 13.045, ou pelo fone: (0192)32-3163.

Em Minas Gerais, a ABRAPEE tem dois representantes e você poderá contactá-los nos seguintes endereços:

- Sebastião Rogério Gois Moreira - rua Bernardo Monteiro, 20, centro, Contagem, MG, CEP 32.010, fones (031) 351-6953 e (031) 351-2088.

- Lúcia Helena Mendonça - Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, av. Campus Umuarama, Uberlândia, MG, fone (034)212-2111, ramal 235.

PSICODIAGNÓSTICO

Grupo de trabalho realizará estudo sobre a área

Estamos interessados em acompanhar o desenvolvimento dos colegas numa área importante do fazer psicológico - o psicodiagnóstico.

Transformações estão acontecendo e isto não está sendo divulgado.

Sendo o psicólogo um dos profissionais que mais estuda e questiona o seu "fazer", não poderia outra coisa acontecer... a criação, a evolução... Contudo, estas criações ainda não saíram do âmbito do particular.

O "Grupo de Trabalho sobre Diagnósticos Psicológico", neste momento, acha imprescindível abrir o debate, colocar-se à escuta...

Estamos iniciando um estudo

sobre o tema, visando identificar como tem sido desenvolvido em seus diversos momentos: o processo psicodiagnóstico, o diagnóstico, a elaboração do laudo psicológico e a devolução de informações.

Queremos escutar o profissional que, na intimidade de seu trabalho, pode estar criando coisas importantes e eficazes ou pode estar passando por dificuldades em sua atuação, devido a deficiência em sua formação.

Enviaremos questionários a alguns profissionais e instituições. Se você estiver interessado em participar, solicite ao CRP-04 um formulário.

Suas respostas são imprescindíveis para que possamos ter uma

visão atualizada e real do trabalho que vem sendo feito nas diversas áreas que utilizam o psicodiagnóstico: clínica, organizacional, educacional e jurídica.

Os resultados deste estudo serão divulgados pelo CRP-04 e subsidiarão propostas de regulamentação do trabalho e de formação dos profissionais, contribuindo ainda para a definição de programas de atualização e aperfeiçoamento.

Seja participativo. Dê informações sinceras e objetivas para que nosso intento seja alcançado. Com sua contribuição, toda a categoria poderá crescer em sua qualidade técnica, ética e em sua autoridade junto à sociedade.

ORGANIZACIONAL

Fórum discutiu qualidade dos serviços e honorários

O Conselho Regional de Psicologia, através do seu Grupo de Psicologia Organizacional, atendendo demandas dos inscritos e preocupado com as restrições e críticas feitas pela sociedade à psicologia, realizou, no dia 27 de março, um Fórum de Debates. Nele foram discutidos e definidos os valores mínimos de referência dos serviços técnicos psicológicos e debatida a questão da qualidade de trabalho.

A proposta foi a de que neste Fórum fossem definidos honorários para o Recrutamento e Seleção, Treinamento, Consultoria, Diagnóstico Psicológico, Projetos, Psicoterapia e Orientação Vocacional entre outros. Isto porque as distorções encontradas são muitas, tornando-se necessário oferecer parâmetro e indicadores para a realização do trabalho. O que terá como conse-

quências a valorização do profissional e o fortalecimento da categoria.

Tão importante quanto determinar os custos de um serviço é buscar a qualidade na sua realização. Até porque, qualidade, mais do que um modismo, é uma questão de sobrevivência. As empresas que não se cuidarem com relação a este aspecto possuem poucas chances de superar a atual crise. Estão fadadas ao fracasso.

Qualidade não está apenas em produtos, mas, também, e principalmente, em serviços. A qualidade do trabalho passa pela qualidade de vida do indivíduo.

Dentro desta perspectiva, as empresas e profissionais que prestam serviços de psicologia têm que se pautar pela qualidade. É fundamental o compromisso do profissional com isso.

FORMAÇÃO

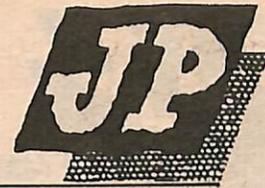
Conselho e escolas debaterão currículo

A Comissão de Formação Profissional do CRP-04 estará convocando, nos próximos dois meses, os gestores dos cursos de Psicologia instalados em Minas e os supervisores de estágio dessas unidades de ensino para um encontro, com o objetivo de discutir algumas questões que influem na qualidade do exercício profissional, destacando-se aquelas relativas ao currículo mínimo e estágios supervisionados.

Este encontro estará se repetindo em todas as outras regiões do país e foi definido a partir da reunião de Salvador, realizada no último mês de fevereiro, com a participação de representantes regionais

das comissões de Formação Profissional e do Conselho Federal de Psicologia. Desde dezembro de 1991, que os CRPs e o CFP encaminharam ao MEC uma solicitação reivindicando um espaço de interlocução da entidade com as escolas, para discussão da formação do profissional Psicólogo no Brasil.

As reuniões que serão agora realizadas no âmbito regional serão preparatórias de um encontro já agendado para agosto, que irá preparar os representantes da autarquia e os documentos que serão encaminhados para a reunião com o MEC.



SAÚDE MENTAL

Diagnóstico pioneiro em Minas

MARCELO KRAISER



Trabalho pioneiro em Minas e que já ganhou reconhecimento nacional. Assim pode ser definido o Diagnóstico sobre a Saúde Mental realizado pela Comissão Especial designada pelo secretário da Saúde, José Saraiva Felipe. Comissão coordenada pela psicóloga Gisele Onete Marani Bahia.

Todos os dados dessa pesquisa já foram coletados e verificados, estando o trabalho em fase de conclusão. Em breve, ele será oficialmente entregue ao secretário da Saúde e todas as entidades interessadas poderão ter acesso a ele. O trabalho envolveu 80 profissionais da rede pública - psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, técnicos de vigilância sanitária e arquitetos (para a parte de infra-estrutura) que fizeram, de junho a setembro do ano passado, um levantamento completo da situação dos pacientes e da rede hospitalar (pública e conveniada) do Estado no que diz respeito ao atendimento aos doentes mentais.

Conforme explica Gisele Bahia, o trabalho foi dividido em duas etapas, visando o máximo de cuidado tanto no que diz respeito ao rigor científico quanto à ética. Na primeira, cuidou-se da discussão tanto entre os profissionais envolvidos e com os hospitais, além da preparação da equipe para o trabalho de campo propriamente dito. A segunda etapa compôs-se da elaboração do diagnóstico clínico de cada paciente e da avaliação da infraestrutura dos hospitais.

Um total de 36 hospitais - cinco públicos estaduais, 30 contratados e um público federal - foram pesquisados, a fim de se conseguir um retrato da realidade do atendimento ao doente mental em Minas. Dos 36 hospitais, 27 são psiquiátricos especializados (rede filantrópica e privada), cinco são gerais com leitos de psiquiatria e quatro são psiquiátricos especializados estaduais.

No momento da pesquisa, constatou-se que o número de

leitos para doentes mentais era de 8.087, sendo que desses 1.226 estão no setor público e 6.861 no setor conveniado. Também no momento da pesquisa, verificou-se que o número de leitos ocupados era de 6.589 e o total dos desativados, 358.

Quanto aos pacientes, a Comissão se pautou pela avaliação dos internos há mais de 45 dias (o parâmetro nacional de internação indica a média de 30 dias). Avaliação foi feita a partir de exame psiquiátrico, dos pacientes e dos prontuários. A avaliação clínica ficou a cargo de psiquiatras, com a avaliação dos prontuários a cargo dos demais membros da equipe. Gisele Bahia lembra que houve acompanhamento, durante todo o processo, dos profissionais dos próprios hospitais.

O número de pacientes com mais de 45 dias de internação, à época da coleta de dados, era de 4.627, destes, 3.687 são pacientes com mais de 3 meses de internação, considerados como "cronicamente internados".

No que se refere à rede hospitalar psiquiátrica em Minas, a pesquisa mostra que ela está concentrada em três regiões: Juiz de Fora (sete hospitais), Barbacena (seis hospitais) e Belo Horizonte (oito hospitais). As três regiões somadas representam 30,23% da população do Estado, e concentra 73,18% dos leitos psiquiátricos de Minas.

Tanto Barbacena quanto Juiz de Fora sempre foram considerados pólos de atendimento psiquiátrico no Estado. Fato que a pesquisa veio desmentir. Segundo a psicóloga Gisele Bahia, o que se conclui é que a área de abrangência da rede hospitalar dessas duas cidades é marcadamente regional. A título de exemplo, ela lembra que em Juiz de Fora estão internos 80,73% dos pacientes da própria regional e em Barbacena se encontram 60,10% dos internos da própria regional. "Isso demonstra que a tônica da rede hospitalar mineira é a da concentração e da má distribuição dos leitos", frisa.

Enquanto o parâmetro nacio-

nal é de um leito para cada 2000 habitantes, em Juiz de Fora existe 1 leito para cada grupo de 299 hab.; em Barbacena 1/414, em BH 1/1592, ficando as demais regiões de Minas com a proporção de 1/5558 habitantes.

Se esses são alguns dos dados que vão integrar o relatório final do Diagnóstico sobre a Saúde Mental em Minas, no que diz respeito à clientela, a média de idade dos pacientes internados é de 42 anos, sendo extremamente significativo o fato de 70,77% desse total ser constituído por pessoas com faixa etária entre 18 a 50 anos. Vale dizer: pessoas que se encontram na idade mais produtiva da vida. Entre os internos, prevalece o sexo masculino, com 56,77%.

A média de internação em Minas é de 130 dias, ao passo que no parâmetro nacional, a média é de 30 dias. Para os pacientes considerados "cronicamente internados", a média é de seis anos, mas em Minas existem pacientes com mais de 20 anos de internação.

Os diagnósticos mostraram que 58,99% dos pacientes são psicóticos e 25,59% oligofrênicos. Há uma nítida prevalência de psicóticos e deficientes mentais, seguida por epilépticos e alcoólatras. Neuroses e sociopatias perfazem as menores porcentagens. No que se refere à alta, 23,09% dos pacientes podem recebê-la imediatamente, 59,21% poderiam ter alta programada e 11,51% devem continuar internados. O indicativo mais forte para um paciente continuar internado é oferecer risco para si e para terceiros.

Ao se falar em alta, esclarece Gisele Bahia, é importante assegurar a esses pacientes recursos assistenciais extra-hospitalares nas mais diversas modalidades de atendimento (ambulatorio, hospital-dia, oficinas terapêuticas etc...). Até porque é preciso considerar as condições sociais do paciente. E não faltam pacientes que, após muitos anos internados, perderam seus vínculos sociais.

Motivo pelo qual Gisele lembra que a Comissão de Saúde Mental se preocupa, com o fato de que os pacientes precisam ter garantido assistência de acordo com suas necessidades. "Há uma questão social grave permeando tudo isso", enfatiza.

Pelos dados coletados é possível, inclusive, se traçar um rápido perfil do paciente internado em Minas. Ele é homem, tem entre 35 e 50 anos, está no hospital há seis anos com prejuízo moderado das relações interpessoais e capacidade laborativa, não apresentando risco para si e para terceiros.

De um modo geral, esses pacientes encontram-se em hospitais extremamente precários e que estão longe de atender às normas técnicas do Ministério da Saúde. As insuficiências e dificuldades variam de hospital para hospital, mas, em média, todos - independentes de serem públicos ou conveniados - apresentam-se com muitos problemas no que diz respeito à infra-estrutura.

O secretário da Saúde não só acompanhou como apoiou a realização deste diagnóstico. Ele vem, igualmente, demonstrando interesse e disposição em contribuir para modificar esta situação, trabalhando junto aos municípios para a implantação da rede ambulatorial de saúde mental. Também o Ministério da Saúde, através das portarias 189 e 242, que estabelecem novas diretrizes, que fortalecem os recursos extra-hospitalares, inclusive no que diz respeito ao modelo assistencial, recursos humanos e mecanismos de financiamento.

Esses são passos importantes, mas é fundamental ressaltar que toda a população seja esclarecida e conscientizada a cerca da doença mental. Como diz Gisele Bahia, "é preciso que todos nós reconheçamos que esses pacientes, ao longo dos anos abandonados e excluídos, constituem uma enorme dívida social. E todos os esforços devem ser feitos no sentido de resgatar-lhes os direitos humanos e civis".

Confira aqui o Balanço do CRP-04 em dezembro

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Variações Ativas				Variações Passivas			
TÍTULOS	Cr\$	Cr\$	Cr\$	TÍTULOS	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Resultantes da Execução Orçamentária				Resultantes da Execução Orçamentária			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
- Rec. de Contribuições	74.718.205,50			- Despesas Correntes			
- Rec. Patrimonial	52.047.079,97			- Despesa de Custeio	87.792.558,77		
- Transf. Correntes	10.378.639,40			- Transf. Correntes	27.813.885,90	115.606.444,67	
- Rec. de Serviços	3.106.245,78						
- Outras Receitas	2.757.511,87	143.007.682,52					
RECEITAS DE CAPITAL				DESPESAS DE CAPITAL			
- Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	143.057.682,52	- Investimentos	5.212.416,00	5.212.416,00	120.818.860,67
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS				MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
- Aquisição de Bens Móveis	5.212.416,00	5.212.416,00	5.212.416,00	- Alienação de Bens Móveis	10,61	10,61	10,61
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				RESULTADO PATRIMONIAL			
- Incorporação de Bens (Doações)	12.500,00	12.500,00	12.500,00	- Superávit Verificado no Exercício			27.463.727,24
Total das Variações Ativas			148.282.598,52	Total das Variações Ativas			
Total Geral			148.282.598,52	Total Geral			148.282.598,52

AGENDA

CONGRESSO

XXV Congresso Internacional de Psicologia - Sob os auspícios da União Internacional de Psicologia Científica e da Sociedade Belga de Psicologia será realizado em Bruxelas, de 14 a 24 de julho. É um dos mais importantes eventos para os psicólogos de todo o mundo. O programa do Congresso envolve inúmeras atividades, dentre elas seminários, reuniões principais, reuniões secundárias, apresentações e comunicações temáticas, seminários de formação avançada da UIP além de programação específica para os jovens psicólogos (com menos de 35 anos).

Os psicólogos poderão apresentar trabalhos desde que enviados com antecedência. Informações podem ser obtidas com Paul Eelen - Secretário do Comitê de Programação Científica - Tiensestraat 102, B-3000 Leuven, Bélgica.

Inscrições e reservas de hotel - Centre International de Conférences de Bruxelles - Parc des Expositions - Place de Belgique B-1020 Bruxelles, Belgique. Tél.: 32-2-477.0478, Fax 32-2-477.0393, Telex 23643.

SIMPÓSIO

I Simpósio Internacional de Crescimento e Desenvolvimento Humano - Acontecerá de 28 a 31 de maio, em Brasília. De acordo com João Lindolfo Borges, presidente do Simpósio, em um país como o Brasil, o debate de questões ligadas ao crescimento humano bem como nutrição, distribuição de renda e saneamento, podem levar a uma tomada de consciência indispensável ao encaminhamento de soluções para os graves problemas que a população enfrenta.

O Simpósio examinará, com uma equipe multidisciplinar, os

aspectos biológicos, sociais, culturais, políticos e econômicos das questões do crescimento e desenvolvimento humano no Brasil. O programa científico preliminar envolve três áreas: Aspectos Bio-Psico-Sociais do Crescimento, Crescimento e Desenvolvimento. Entre os convidados especiais (a serem confirmados) estão nomes como Anne Marie Rainbalt, Jorge Gross, Eduardo Marcondes, Michael Wills, Antônio Roberto Chacra e Bernardo Liberman.

A organização do Simpósio está a cargo da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (DF) e da Divisão Materno-Infantil do Ministério da Saúde, com o apoio da Fundação Banco do Brasil e da Varig. Informações e inscrições podem ser feitas no seguinte endereço: Willtour - SCLS 406 - Bloco A - Loja 15 - CEP 70.255 ou pelos fones: (061) 244-6356 e 243-0532.

CURSOS

"Formação em Dinâmica de Grupo" - Promovido pelo Núcleo de Estudos e Desenvolvimento da Pessoa. Início em abril. Informações e inscrições pelo fone (031) 226-7158.

"Jogos e Simulações em Recursos Humanos" - Promovido pelo Núcleo de Estudos e Desenvolvimento da Pessoa. Início em abril. Informações e inscrições pelo fone (031) 226-7158.

MESA REDONDA

O Escritório Regional do Triângulo Mineiro e a Universidade Federal de Uberlândia, juntamente com o CRP-04, realizará uma **Semana Científica**, com discussões, seminários e mesas redondas. Ela acontecerá de 25 a 30 de maio, em Uberlândia e terá como um dos objetivos divulgar

os trabalhos do CRP-04. A participação é aberta a todos os psicólogos e estudantes de psicologia do Triângulo Mineiro.

ENCONTRO

Reunir os representantes, auxiliares administrativos, funcionários e articuladores das várias cidades do interior de Minas. Esse é o objetivo do encontro que será realizado no dia 6 de abril, na sede do CRP-04 (rua Tomé de Souza, 860 - Belo Horizonte). Na oportunidade, serão apresentados e discutidos projetos de trabalho.

SEMINÁRIO

Seminário em Psicanálise - "Reinventando um Psicanalista". Coordenação: Regina Lúcia Caminha Torres. Horário a combinar. Maiores informações pelo telefone: (031) 225 5458



Será o Brasil uma Sociedade de Poetas Mortos?

Regina Lúcia Caminha Tôres
Psicóloga e Psicanalista

O filme "Sociedade dos Poetas Mortos" nos aponta o duro processo do adolescer...

Os diversos jovens do mesmo, refletem um adolescente, personagem múltiplo, combinação contraditória e instável de vários corpos e identidades...

Quando se elabora, lenta e dolorosamente, o adolescente tem de viver o luto:

- do corpo infantil perdido
- da perda dos pais e do vínculo de dependência infantil e tomar posições com relação à sexualidade.

Deve desprender-se de um mundo mágico, onde vivia confortavelmente, tinha refúgio, papéis bem estabelecidos e necessidades básicas satisfeitas.

Deve renunciar à dependência e aceitar responsabilidades que muitas vezes desconhece, para alcançar a condição de um adulto capaz de recortar o mundo e agir sobre ele de forma criativa. Deve ter capacidade de luta para realizar seu novo plano de vida...

Duro processo de desprender-se da alienação no corpo, no saber e no desejo dos outros para tentar se inventar, pois a articulação do desejo é de cada um... Como aponta o filme, a cada um o seu próprio passo... Para constituir seu próprio ser, *carpe diem* (aproveite o dia!), há que abrir a cadeia das palavras verdadeiras, há que fisgar a verdade do sujeito...

Mas como alcançar a palavra verdadeira, o espaço de ser quando, como no filme, assistimos discursos mentirosos, que têm como referência o constrangimento para estabelecer o sujeito num determinado lugar, para normatizar (no sentido de normal, médio) e para que todos tenham um mesmo enunciado - que se identifiquem aos ideais do Senhor, do Mestre e dos pais?

Há que se ter acesso a um ponto crucial do sentido para que o sujeito possa ter os caminhos do ser e de autenticidade desimpedidos e possa buscar a felicidade no risco da criação.

Pergunto-me se, numa leitura ampliada, o filme poderia nos remeter a uma reflexão sobre a estagnação do adolescer e da criatividade no nosso país...

Pais jovem, com grande quanti-



dade de crianças e adolescentes que buscam um espaço de ser... de falar... e criar...

Entretanto, os atuais arquitetos da educação, formadores (ou deformadores?) de seres ditos humanos (por serem falantes), foram criados numa estrutura que vou tentar inscrever aqui... formadora de mestres e pais (entre os quais me incluo) sem estilo, esperança e envolvimento de trabalho na construção do bem comum.

Alienados, nos deixamos estar à margem da história... do Brasil e da construção de nossos destinos...

Na época da ditadura, a exigência era o cale-se!, como aponta Chico Buarque de Holanda e os professores da Academia Welton... Frente ao constrangimento militar, baseado na mentira e no poder de impor o medo, tínhamos que nos normatizar - reuniões de grupo não eram permitidas porque viravam um risco comunista... as questões sociais, políticas e econômicas não podiam nos ocupar... Quem assim o fizesse era torturado, morto ou exilado... Não se podia pensar, desejar, partilhar! A censura à imprensa era maciça, com pessoas contratadas para só nos deixarem assistir o que eles quisessem! Massificação de mentes, éramos verdadeiras cobaias de laboratório. Talvez seja por isto que a Psicologia Experimental, com regras de condicionamento (reforço e extinção de comportamentos) tenha se desenvolvido tanto nesta época...

Também, não por acaso, foram desenvolvidas técnicas de pedagogia de múltipla escolha - nossas cabeças só podiam ficar aprisionadas à palavra do outro e imaginar qual a significação melhor do ou-

tro! Numa "pedagogia do oprimido", como diria o Paulo Freire, nossas palavras verdadeiras tinham que fazer silêncio e, pasmem, armar continência em paradas de 7 de setembro - e era dia dito da independência!

O sistema de ensino foi reformado pelo então

Ministro Jarbas Passarinho. Isto levou à formação por disciplinas isoladas, com campings enormes, talvez numa estratégia de evitar agrupamentos. Quem sabe... agrupamentos de sonhos e idéias... Eliminando a cultura clássica, o ensino básico se transformou em cursos profissionalizantes. Era-nos dada a liberdade de sermos robôs, meros técnicos mecanizados, sem capacidade de pensar, criticar, desejar...

Minha geração é fruto desta época... Meu adolescer aconteceu em plena irrupção da ditadura, com militares cercando a FAFICH e a Faculdade de Direito e jogando gás lacrimogêneo nos estudantes que resistiam em sustentar a liberdade de falar...

Mas... "prá não dizer que não falei de flores", como diria o Geraldo Vandré, os festivais de música e "O Pasquim" eram uma válvula de escape para a criatividade, para marcar as palavras verdadeiras e sustentar o desejo...

Fora pequenos desvios à repressão, os anos foram passando e os jovens e adultos não tinha espaço para se unirem na luta por ideais...

Foi quando irrompeu o movimento hippie, contra-cultural, de insatisfação com os padrões de uma "sociedade burguesa, careta e falsa". E falou-se do "amor livre", "paz e amor"... Mas o que vi não refletia paz... Angustiadados, perdidos, os jovens tentavam se encontrar (ou desencontrar-se?) na droga, no sexo "livre" (será?), na alienação de seus corpos, abandonados à sujeira, ao destino de viagens sem destino, para onde o levasse o outro... Mochila nas costas, um

baseado nas mãos, "sem lenço, sem documento, eu vou"... "para onde, José?"

Momento de contestação, de quebra... Será? Sinto que estes jovens foram manipulados, colocados no jogo da alienação para não serem construtores de seus próprios destinos! Não podiam enfrentar-se com suas potencialidades, atuar sobre o mundo e modificá-lo sob a ação de suas próprias transformações...

Nos alienamos no barulho ensurdecido do rock e do "milagre econômico" do Delfim Neto. Milagre que aumentou brutalmente nossa dívida externa e encheu os bolsos de alguns, que construíram a Transamazônica e a Usina de Angra dos Reis (obras perdidas ao longo dos anos). A corrupção tomou corpo nesta época, pois não tínhamos como fiscalizar! Éramos nós os fiscalizados!...

É curioso também constatar por quê os militares (com tanto poder para guerrilhas, torturas e repressões estudantis) não tiveram força para evitar a invasão do país ao tráfico internacional de drogas. Teriam interesse que as pessoas fizessem vigas alucinantes e deixassem de ver o Brasil alucinado - de dor, miséria, impossibilidade de ser e falar?

Ao longo de anos: mentiras, que nos tomaram alienados, brincando com a vida, com nossos talentos... Não pudemos ter o espaço da caverna indígena do filme para nos encontrar, para abrir nossa poesia, nossa capacidade de nos emocionar, de sonhar, de criar.

O que foi se desenvolvendo na juventude foi o culto narcísico, a egolatria, o culto exacerbado do corpo e das etiquetas (falsos predicados), como se meu ser virasse: "sou" Company, Vide-Bula, Divina Decadência... A que decadência chegamos...

Nem gostamos de sermos brasileiros! Temos um desprezo enorme pela pátria e, querendo ser o 1º do mundo, viramos norte-americanos quando vestimos a fantasia de um Nike e All Star...

O consumismo exagerado. Novamente manipulados, agora por propagandas. A felicidade é... dirigir tal carro, fumar tal cigarro, usar o novo sabonete rosa! E as propagandas nos transformam no esportista famoso, no homem de suces-

so, na deusa global! E vamos nos iludindo... e nos deixando à margem...

E a mídia continua sustentando o que a ditadura estabeleceu, somos bobos iludidos e gostamos dessa ilusão!

Viramos a Xuxa (tão linda!), princesinha dos sonhos de milhares de brasileiros abandonados nas ruas e nas casas - pobres crianças com babás eletrônicas, anestesiadas no corpo e na capacidade de desejar! Não há espaço para brincar, conviver, falar e escutar... São seres "ditos" falantes... novamente silenciados... Sem condições de fabricar teorias afetivas, éticas, estéticas...

Na crise da modernidade e da luta pela sobrevivência que nos animaliza... nos perversificamos, matamos e silenciemos nossas vozes... nossa vida! Nos entregamos à morte, à delinqüência, à ética da falta de ética, do salve-se quem puder, com uma visão da Existência imediatista, presa às contas do final do mês, em que o sujeito não pode confrontar-se com seus destinos... A violência, a libertinagem ou a imobilidade perplexa são o reflexo da confusão, do desespero, do desencanto de quem não pôde exercitar sua condição de ser...

Será que, impactados por uma realidade frustrante e alienante, machucados por um adolescer tão traumático, preferimos continuar como crianças que não cresceram, presas à condição de dependência infantil, na ilusão de que um super-papai-presidente solucione nossa incapacidade de ser?

Sonhamos o sonho dos outros?...

Falamos palavras não nossas?... Seremos nós uma Sociedade de Poetas Mortos?...

BIBLIOGRAFIA

1. WEIR, Peter. Filme "Sociedade dos Poetas Mortos" - No original: "Dead Poets Society".
2. FORBES, Jorge. "Analisando 91". Palestra proferida na Associação Mineira de Psiquiatria em novembro/91, no seminário "Crise entre Nós".
3. LACAN, Jacques. "Variantes do Tratamento Padrão". Tradução de Luiz Souza Dantas Forbes para uso interno da Biblioteca Freudiana Brasileira.
4. ABERASTURY, Arminda. "Adolescência Normal".

Mercado de trabalho

Os descompassos da economia brasileira têm deixado marcas profundas na história recente do país, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento do mercado de trabalho. Só no ano passado, ocorreram 250 mil demissões a mais do que o total de contratações. Nos dois primeiros meses de 92, os números sinalizam um comportamento quase inalterado dessa tendência: foram extintos, apenas na indústria paulista, perto de 51 mil postos de trabalho.

Diante desse quadro, é difícil olhar para frente com otimismo. Mas existem outros balizadores que hoje permitem traçar perspectivas até bastante favoráveis para os psicólogos que atuam, seja na área Organizacional, da Saúde ou da Psicologia Escolar e Educacional. São indicadores que, em alguns casos, anunciam um novo perfil para o mercado e, em outros, a consolidação de uma intensa mobilização das entidades e associações profissionais, pela abertura do mercado de trabalho para o psicólogo.

Na área Organizacional, apesar do quadro recessivo, com muitas empresas passando por um processo de enxugamento de suas estruturas, fazendo desaparecer setores inteiros do seu organograma, começam a surgir os primeiros sinais de reação do mercado. "Como o trabalho que realizamos continua sendo necessário, a sua demanda não cessa, apenas surge de forma diferente" - observa a consultora de empresas e Coordenadora do Grupo de Trabalho de Psicologia Organizacional do CRP-04, Beatriz Flecha.

Definição de Parâmetros

As empresas estão optando hoje por contratar de terceiros os serviços de recrutamento, seleção e treinamento, ao invés de um profissional ou mesmo de montar setores para executar esse trabalho. Com isso, abre um mercado potencial, de grandes dimensões, para o psicólogo, seja como autônomo ou através da formação de novas firmas para atender essa demanda.

"O nosso Grupo de Trabalho - afirma Beatriz Flecha - está atento a essa tendên-



cia e já realizou, no último dia 27 de março, um fórum com o objetivo de discutir a atuação dessas empresas e dos profissionais, buscando estabelecer alguns parâmetros, seja de preços, para definição de uma tabela de honorários, seja das atividades que exercem".

Hoje, existem cadastradas no CRP-04 perto de 200 empresas de consultoria e de Recrutamento e Seleção. Agora, o grupo de Psicologia Organizacional iniciará um trabalho de levantamento e caracterização desse mercado, para garantir a qualidade dos serviços por ele oferecidos, municiando tanto os profissionais, quanto as empresas que contratam seus serviços.

Os números são escassos, mas na área de Saúde, as perspectivas também são positivas. O coordenador de Saúde Mental da Prefeitura de Brumadinho, Jacques Akerman, observa que, nos últimos dois anos, foram realizados uma série de concursos públicos, com vagas para psicólogos da área de Saúde. "Nesses três meses de 92 - conta ele - a Prefeitura de Betim abriu 10 vagas, a de Belo Horizonte 37 vagas e a de Contagem realizará também um concurso para contratação desse profissional, além de outras prefeituras do interior. Então, temos um quadro até otimista pela frente, considerando as dificuldades que o país enfrenta".

Revisão dos Critérios

Akerman questiona, no entanto, os critérios que hoje são adotados pelas prefeituras para seleção dos psicólogos. "São provas de múltipla escolha, que visam testar apenas o conhecimento teórico do profissional, menosprezando a sua formação e a sua experiência na área onde terá de atuar, a área da Saúde" - observa.

Com isso, muitas vezes, o profissional selecionado não tem nenhuma visão do trabalho que terá de executar, levando problemas e não soluções para a comunidade que será atendida. Para o coordenador de Saúde Mental da Prefeitura de Brumadinho, as provas deveriam incluir a análise de currículo e entrevistas. "O próprio Conselho Regional de Psicologia poderia participar desse processo, orientando, na fase de elaboração das provas, os promotores dos concursos" - sugere ele.

O crescimento do mercado de trabalho para o psicólogo que atua na área de Saúde é alavancado tanto pelo processo de municipalização da Saúde quanto pela mobilização dos profissionais que buscam ampliar as discussões sobre Saúde Mental em todos os fóruns. "Hoje existe uma consciência maior sobre a importância do trabalho ambulatorial no atendimento à população e nesse momento, a presença do psicólogo é fundamental e decisiva para o resultado satisfatório dessa política" - diz ele.

A Psicologia Escolar e Educacional é outro segmento que começa a ganhar contornos mais definidos no mercado. A Sociedade Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional encaminhou, no final do ano passado, ao secretário Nacional de Educação do Ministério da Educação, Elpídio de Menezes Neto, uma moção, solicitando a efetivação, através de uma lei, do Psicólogo Escolar em todas as unidades de ensino público, seja na área Fundamental ou do Ensino Médio. A moção foi aprovada durante o 1º Congresso de Psicologia Educacional, realizado em novembro do ano passado, em Campinas.

Para o Ministério da Educação, o enquadramento desse profissional nos quadros do magistério já vem ocorrendo e, por isso, considera atendida a solicitação. "Mas nós sabemos que na prática, não é bem assim e, por isso, estamos iniciando um trabalho junto aos deputados federais, para que incluam esse artigo na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que está em tramitação no Congresso Nacional e deverá ser votada brevemente" - informou o coordenador do Setor de Psicologia da Fundação de Educação de Contagem (FUNEC) e membro diretor da Sociedade Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, Sebastião Rogério Goes Moreira.

Perspectivas Favoráveis

Com a aprovação desse artigo, as perspectivas para o psicólogo escolar tornar-se-ão mais favoráveis. Para se ter idéia, o padrão recomendado pela ONU, em 1950, era de um psicólogo para cada grupo de 2 mil alunos. "O número de vagas que poderá se abrir é muito maior do que indica essa relação, já um pouco defasada - pondera Sebastião Rogério - mas não resolve todos os problemas que temos hoje".

Ele explica que existe uma carência muito grande dos cursos de mestrado na área de Psicologia Escolar e Educacional. "Em Minas não temos nenhum - diz ele - e o currículo do curso de graduação também não contempla, como deveria, a formação desse profissional. Os cursos de Psicologia são voltados basicamente para a Psicologia Clínica, com isso, temos de nos formar no mercado, enfrentando uma série de dificuldades e restrições para o nosso crescimento profissional".

Tanto na área de Saúde, quanto na área Educacional, o principal empregador hoje é o Estado. Os hospitais particulares e escolas privadas representam quase nada nesse mercado e são, apesar dos problemas que enfrentam hoje para vencer a recessão, um campo ainda a ser explorado, abrindo novas portas para os profissionais, já que seus serviços são necessários para o bom atendimento em todos os dois ramos.

JORNAL DO PSICÓLOGO
R. Tomé de Souza, 860 10ª andar
CEP 30130 Belo Horizonte MG

NILVANA HELENA DA COSTA
R INDIANA, 780/103
JARDIM AMERICA
30430 - BELO HORIZONTE, MG

PORTE PAGO
DR/MG
ISR-73-166/84

IMPRESSO